



8 de Março Unificado da USP

Um convite à reflexão e à luta

Publicação conjunta da Adusp,
DCE-Livre da USP , Rede Não Cala USP
e Secretaria de Mulheres do Sintusp



Ampliar e fortalecer a organização das mulheres na USP!

Nas últimas décadas, pudemos observar um fortalecimento do movimento de mulheres, responsável por inúmeras conquistas concretas e também por um salto de consciência em relação à realidade de violência, de discriminação e de desigualdade de gênero presentes em nossa sociedade. Esses avanços, no entanto, não vieram necessariamente acompanhados de mudanças na vida concreta de milhões de mulheres que sofrem com situações de opressão.

Na USP, vários coletivos de mulheres se organizaram e contribuíram para colocar essa pauta na ordem do dia, contribuindo para desmontar a máxima de que a universidade não padece da cultura machista (que supostamente existiria apenas do lado de fora dos *campi*).

A força e a legitimidade com que esses movimentos têm se articulado ganharam ampla visibilidade na mobilização pelo **#EleNão** e podem também ser evidenciadas pela resistência de tantos outros setores social e politicamente minorizados como os dos LGBTQIs, os do movimento de negras e negros e das

populações quilombolas, ribeirinhas, indígenas, os das/os sem teto e sem terra. Tais movimentos levaram à reação de setores conservadores da sociedade que buscam desqualificar, descaracterizar, deslegitimar e criminalizar as pautas impulsionadas por mulheres.

O fortalecimento de nossa organização, que já se apresentava como uma necessidade clara, torna-se imprescindível na presente conjuntura. Afinal, em tempos em que a intolerância e o preconceito ganham não apenas mais espaço, mas autorização para agir violentamente, são os setores mais vulneráveis da sociedade os primeiros a sofrerem os maiores ataques.

Por isso, nesse momento, as entidades representativas de alunas e alunos, de funcionárias e funcionários, de professoras e professores e a Rede Não Cala USP unem esforços para trazer a todas e todos que aqui estudam e trabalham alguns dados e elementos para a reflexão acerca da questão de gênero na USP, certas de que o processo de transformação dessa realidade beneficia a toda a comunidade.



Afinal, por que falar de gênero?

Heloisa Buarque de Almeida
pela Rede Não Cala USP



Nas ciências sociais, desde os anos 80, temos usado a palavra "gênero" ao invés de sexo. O uso do termo "gênero" não é apenas politicamente correto - é mais preciso, acurado, e cientificamente correto. O uso do termo em primeiro lugar transmite a ideia de que as diferenças não são naturais, nem biológicas ou fisicamente localizadas no corpo, mas são social e historicamente constituídas. O que significa ser um homem ou uma mulher não é de modo algum determinado por nossos corpos - você pode pensar em genitais, cérebros, músculos ou genes - porque nossos corpos também são socialmente treinados e constituídos.

Como a antropologia social mostrou, a humanidade é variada em cultura e sociedade, mas a biologia e as necessidades "naturais" não explicam a vida social ou as diferenças entre culturas, nem gêneros, nem raça. Ser mulher (ou homem) na Londres do século 21 significa e representa diferentes possibilidades e

características do que ser mulher no Brasil, ou há dois séculos em Londres, mas também existem diferenças em termos de raça, classe social, educação, religião, idade e assim por diante. Somos todas uma intersecção de marcadores sociais da diferença - não existe "a mulher" ou "o homem" em geral, como algo que somos todas iguais só porque somos mulheres - ter vagina não produz em todas nós necessariamente as mesmas experiências. Portanto, gênero é uma palavra melhor. Somos constrangidas por como nosso sexo é entendido socialmente - mas isso não determina toda nossa experiência e possibilidades. Mulheres com alta escolaridade, brancas, têm possibilidades distintas de mulheres jovens, negras, de periferia, por exemplo.

Além de nos permitir ver que a biologia não é um destino, a teoria de gênero também reflete sobre os padrões classificatórios: o fato de que "feminino" e "masculino" são aspectos classificatórios do mundo

social, e são usados para classificar atividades, lugares, bens e profissões. Alguns esportes ou trabalhos são masculinos, ao passo que outras profissões são vistas como femininas - e essas categorizações mudam com o tempo. Algumas pessoas ainda pensam em máquinas de lavar ou cuidar de crianças como capacidades “naturais” das mulheres, já que o consumo em si é classificado como feminino assim como os filmes românticos. Ortopedia ou finanças são campos mais masculinos do que, digamos, pediatria ou educação, assim como alguns esportes parecem “naturalmente mais masculinos” (futebol no Brasil), ou balé como feminino. Certos campos da medicina, engenharia, construção civil são geralmente vistos como atividades masculinas, mas enfermeiras, professoras de escolas primárias ou secretárias são imaginadas como atividades de mulheres. Mesmo um enfermeiro é visto como mais “feminino”, ou a atividade de cuidar de alguém também é categorizada como feminina, mesmo que possa haver cuidadores masculinos. No entanto, algumas mulheres podem ser muito mais fortes fisicamente do que alguns homens - o gênero não é in-



trinsecamente definido pelas capacidades do corpo. E as desigualdades aparecem visivelmente quando um campo que antes era masculino se torna mais feminizado e tende a ser desvalorizado, e os salários diminuem nessa área.

Gênero nos permite entender outros assuntos da vida social, como o fato de que há uma proporção de pessoas que não nascem nem menina, nem menino (intersexos); ou que há pessoas que, nascendo com um genital, se sentem como pertencentes ao outro gênero. Pessoas intersexuais eram antigamente chamadas de hermafroditas, e

ainda são bastante invisíveis como um grupo social – ainda que nos permitam mostrar que nem mesmo a natureza é tão binária. O reconhecimento dos intersexos é uma preocupação crescente nos estudos de gênero, e há também as múltiplas possibilidades de pessoas trans (travestis, transgêneros, transexuais, gêneros fluídos, etc).

A versão integral deste artigo, publicado originalmente em inglês no LSE Business Review, sob o título “What we talk about when we talk about gender”, pode ser consultada em <https://bit.ly/2IFtsLw>

Referências:

- BRAH, Avtar: “Diferença, diversidade, diferenciação”, cadernos pagu, 26, 2006, pp. 329-376.
- BUTLER, Judith: Problemas de Gênero. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2003 – Capítulo 1, parte 4 do Capítulo 3 (Inscrições corporais), e Conclusão (“Bodily Incriptions, Performative Subversion”).
- HARAWAY, Donna: “‘Gênero’ para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra”, cadernos pagu, 22, 2004 (disponível no scielo) <https://www.law.columbia.edu/pt-br/news/2017/06/kimberle-crenshaw-intersectionality>
- MacCORMACK, Carol and STRATHERN, Marilyn: Nature, Culture and Gender, Cambridge University Press, 1980;
- LAQUEUR, Thomas: Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2001
- SCOTT, Joan: “Gender: a useful category of historical analysis” in: Gender and the politics of history, New York, Columbia Univ. Press (ou na tradução: “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, Educação e Realidade, Porto Alegre, 16 (2), jul-dez 1990, pp. 5-22)

As violências contra a mulher: elos da cadeia patriarcal

O assassinato e estupro de mulheres são o último elo de uma longa cadeia de violência patriarcal fundada, legitimada e reproduzida pelo Estado e pelas suas instituições. Essa cadeia de violências se expressa quando mulheres são impedidas de decidir sobre sua vida e seu corpo, são condenadas a estarem nos trabalhos mais precários e com menores salários, quando a mídia e a indústria cultural repetem incansavelmente os estereótipos que a objetificam, transformando-as em "seres humanos de segunda classe", objetos sem desejos à disposição de outrem, mas também de toda a sociedade. Assim, cria-se a condição para que a violência seja exercida desde as formas mais obscuras às mais aberrantes.

A violência contra as mulheres revela-se, então, co-

mo um mecanismo da sociedade patriarcal, um modo social de reprodução baseado na subordinação e opressão.

Ainda que o patriarcado coloque as mulheres na condição de subserviência, podemos escolher não cumprir esse papel e transformarmos toda indignação e inconformismo com as injúrias e humilhações que vivemos numa poderosa convicção de combate contra a opressão e pelo reconhecimento social e político das mulheres. Conheça as formas de violência, saiba que a culpa não é sua e que não precisa passar por isso sozinha. A Secretaria de Mulheres do Sintusp, a Adusp, a Rede Não Cala USP, a diretoria de mulheres do DCE e os coletivos de mulheres são seus organismos de luta!



Típos de violência

Desqualificação Intelectual

Qualquer forma de depreciação da capacidade profissional e/ou intelectual da pessoa.

Agressão moral/psicológica

Conduta que cause dano emocional ou diminuição de autoestima, como humilhação, ofensas ou xingamentos e exposição de imagens sem autorização.

Falta de apoio institucional

Acontece quando serviços essenciais são inexistentes, insuficientes ou de má qualidade. Isso se observa, por exemplo, no atendimento à saúde da mulher, nas políticas de permanência estudantil, na oferta de vagas nas creches e nos direitos e necessidades das gestantes e das mães.

Violência física

Todo e qualquer tipo de conduta que ofenda a integridade física ou saúde corporal da mulher, inclusive a violência obstétrica.

Assédio sexual

Comentários com apelos sexuais indesejados, “cantadas” ofensivas, abordagem agressiva.



Coerção

Ser obrigada a ingerir bebidas alcoólicas e/ou drogas. Ser compelida ou forçada a participar de atividades degradantes por pressão e ameaças de autoridades, ou sob ameaça de violência física de terceiros.

Violência sexual

Estupro, abuso ou tentativa de abuso, sob efeito de álcool ou não, toques sem consentimento, beijo forçado.

Violência em função de etnia ou da identidade de gênero ou da orientação sexual

Todas as violências praticadas em função da etnia, da identidade de gênero ou da orientação sexual.

Texto baseado na Cartilha “Violência de gênero na universidade”, disponível em: <http://sites.usp.br/uspmulheres/cartilha>

Feminicídio

É o assassinato de mulheres, por homens conhecidos ou não, motivado pela condição de gênero, de violência, de menosprezo e de discriminação a que estão submetidas as mulheres. O que há em comum entre os casos é que o homem mata por ter sua vontade contrariada, baseado numa visão social de que o gênero feminino é inferior e submisso à vontade masculina e de que o corpo e a vida da mulher não lhe pertencem, portanto, não podem ter escolha própria.

Não sei se sofri algum tipo de abuso. Devo denunciar?

É muito comum ficarmos confusas numa situação desconfortável e nos perguntarmos “será que sofri algum tipo de abuso?”. Na dúvida, acabamos ficando caladas, pois não queremos nos desgastar com uma denúncia que pode não dar em nada e ainda pode nos trazer problemas de convivência com o possível denunciado. Nós da Adusp, da Diretoria de Mulheres do DCE, da Rede Não Cala USP e da Secretaria de Mulheres do Sintusp acreditamos que se você se sentiu desconfortável, é importante que nos procure para conversar por três razões:

1. **Damos acolhimento:** queremos fortalecer entre nós, mulheres da USP, as redes de apoio, solidariedade e acolhimento que ouvem e encaminham mulheres que sofreram quaisquer dos tipos de violências aqui tipificadas.

2. **Acreditamos na prevenção:** se ao nos sentirmos desconfortáveis em relação a uma pessoa procurarmos imediatamente ajuda, podemos prevenir novos abusos que podem se tornar mais graves e irreversíveis!

3. **Promovemos educação:** a partir dos relatos e vivências de todas nós, podemos estabelecer estratégias de promoção de uma cultura de combate aos mais variados tipos de violência de gênero. Desse modo, podemos localizar quais são os casos mais comuns de abusos, em quais situações do cotidiano acontecem e, então, estruturar campanhas mais efetivas junto à comunidade universitária!

Quem você deve procurar?

Rede Não cala:

naocala.usp@gmail.com

Adusp:

secretaria@adusp.org.br

Secretaria de Mulheres do Sintusp:

secretariademulheresdosintusp@gmail.com

Diretoria de Mulheres do DCE:

diretoriamulheresdce@gmail.com

É importante registrar que atuamos com base na confidencialidade e em consonância com a vítima.

Nas unidades

Muitas unidades contam com coletivos feministas e também com comissões de direitos humanos ou de acolhimento da mulher. Esses coletivos e comissões podem dar acolhimento, orientação e, eventualmente, encaminhamento institucional de denúncias.

Destacamos a importância de ampliar as discussões e de definir formas de enfrentamento das situações de violência nas diversas unidades.

Informe-se em sua unidade.

A Rede não Cala em parceria com coletivos feministas de estudantes elaborou um projeto de um Centro de Referência para mulheres em situação de violência na USP, que funcionaria como uma rede interna de sustentação para o cuidado e orientação. O projeto foi apresentado para o Escritório USP Mulheres e Reitoria em agosto de 2017 e, até o momento, não saiu do papel!

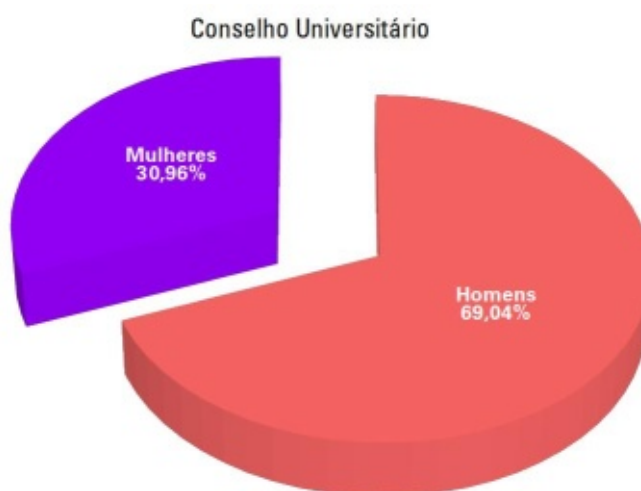
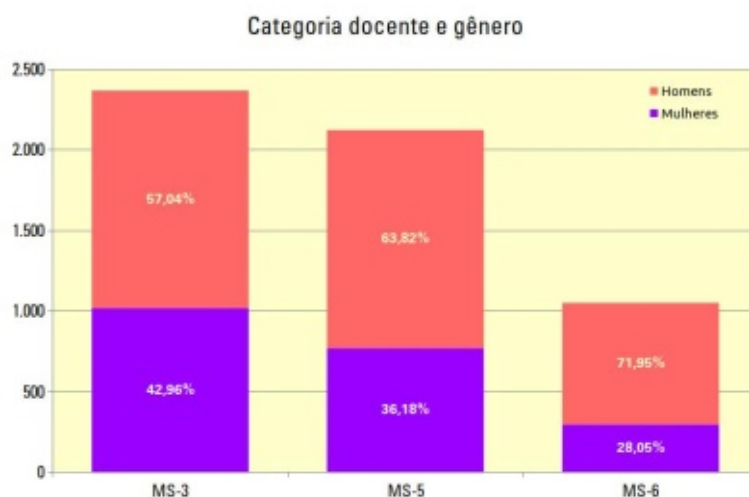
Na USP, desigualdade reflete hegemonia masculina e patriarcal

Adusp

A criação da USP foi decretada em 1934, resultado da fusão de institutos e faculdades fundados desde meados do século 19, entre eles, a Faculdade de Direito (1827), a Escola Politécnica (1893), a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz-ESALQ (1901) e a Faculdade de Medicina (1912).

No mesmo ano em que a USP foi criada, as mulheres, coincidentemente, tiveram seu direito de votar consagrado pela Constituição. A luta por esse direito, no entanto, foi iniciada muito antes. A professora potiguar Celina Guimarães Viana, já em 1928, foi a primeira mulher brasileira a votar após o estado do Rio Grande do Norte estabelecer, em 1927, que não haveria mais “distinção de sexo para o exercício do sufrágio”.

No Brasil, atualmente, as mulheres representam maioria do eleitorado, mas, na USP, o quadro ainda é bastante diferente. A representatividade feminina no órgão colegiado máximo da universidade, o Conselho Universitário (Co), conta com cerca de 30% de mulheres. Vale ressaltar que o Co é majoritariamente formado por docentes que estão nos níveis mais elevados da carreira. Do total de docentes da USP, somente 37% são mulheres, e a forma como se distribuem nos diferentes níveis da carreira mostra que ainda há muito a batalhar para que tenhamos igualdade de gênero.



Considerando o total de docentes no primeiro nível da carreira, o de professora/or doutora/or, cerca de 43% são mulheres, mas esse índice cai nos níveis mais altos. Das/os docentes associadas/os, 36% são mulheres. Quanto às/aos titulares, esse número cai para apenas 28%. Tais números revelam que as professoras não são maioria, sequer metade, em nenhum nível da carreira docente — e que quanto maior o cargo, menor o número de mulheres.

Se tomarmos como exemplo a Escola Politécnica, que teve como sua primeira professora titular a professora Maria Cândida Reginato Facciotti somente em 2000, e que somente elegeu sua primeira diretora, a professora Liedi Bernucci, 124 anos após a sua fundação, podemos entender como a universidade ainda se pauta antidemocraticamente pela hegemonia masculina e patriarcal.

Minoria na ciência. A USP tampouco difere de outras universidades mundo afora. Há vários estudos constatando que professoras, pesquisadoras e cientistas são minoria. Apesar de metade das estudantes de graduação e mestrado serem mulheres, esse número cai no doutorado e no ingresso na carreira docente. Um estudo publicado em 2017 (Gender in the Global Research Landscape, Elsevier) analisou em 12 países, incluindo o Brasil, a influência do gênero na pesquisa e produção científica por um período de vinte anos. Entre os aspectos analisados, constatou-se que há maior concentração de mulheres nas

Impacto da maternidade

Pesquisas recentes sobre os impactos da maternidade em mulheres cientistas brasileiras (Projeto Parent in Science, onde foram ouvidas 1.182 pesquisadoras, entre elas 921 mães) indicaram que a maternidade teve impacto negativo na trajetória profissional de 81% delas. A produtividade das pesquisadoras que se tornam mães cai significativamente em relação às que não têm filhas/os; a ascensão e a retomada individual na vida acadêmica é de quase três anos após o nascimento da filha ou do filho.



Retrocesso nas creches



O fechamento arbitrário da Creche-Oeste e a constante precarização da Creche Central e das demais creches dos *campi* do interior promovem um forte retrocesso em termos de assistência social para mulheres mães da universidade e para suas filhas e seus filhos. A educação infantil é crucial para o desenvolvimento da criança na primeira infância. A abertura de novas vagas e a contratação urgente de novas/os funcionárias/os são medidas urgentes e imprescindíveis.

áreas de Ciências da Vida e da Saúde, sendo menor nas Engenharias e Ciências da Computação.

Embora cerca de 40% do total de cientistas sejam mulheres, 28% das publicações as têm como autoras principais. Há vários fatores que podem explicar tal desproporção. O ambiente de trabalho na universidade reproduz as relações de poder e nestas, não raro, homens ocupam uma posição superior do ponto de vista hierárquico, ainda que não necessariamente do ponto de vista acadêmico.

As mulheres das Instituições de Ensino Superior públicas praticam a docência, desenvolvem pesquisas e atividades de extensão universitária. Seus feitos, trabalhos e descobertas não raramente ficam obscurecidos em relação aos de seus colegas e/ou colaboradores. Considerando que em nossa sociedade ainda recaem

sobre as mulheres muitos afazeres e cuidados como parte da jornada de trabalho não remunerado, é imprescindível buscar formas e mecanismos de respeito à condição feminina nas relações e nos ambientes de trabalho.

Maternidade.

Uma situação particularmente aguda afeta a parcela de docentes que opta pela maternidade e enfrenta as consequências geradas por esta escolha. Institutos de pesquisa e agências de fomento sequer alteram o limite de tempo para análise da produção científica, que hoje se concentra nas atividades dos últimos cinco anos. Políticas universitárias para amenizar tais consequências ainda são incipientes e, embora a nova Comissão Permanente de Avaliação (CPA), através da Câmara de Avaliação Docente (CAD), tenha afirmado em audiência pública, quando questionada sobre o assunto, que medidas serão tomadas para incluir o debate sobre os impactos da maternidade nos ciclos de avaliação individual de docentes mães, até o momento nenhuma normativa foi publicada. Como agravante, vimos o recente desmonte das creches impactando direta e negativamente a vida acadêmica, profissional e os estudos das mulheres mães ou futuras mães da USP.

Vale mencionar ainda que as condições de trabalho na universidade têm sido continuamente



precarizadas por meio de salários arrojados, de sobrecarga de trabalho, das avaliações produtivistas com viés punitivo e da violência institucional. Essa realidade atinge a categoria docente como um todo e, em especial, as mulheres que são ainda mais prejudicadas pela cultura de discriminação de gênero e por um ambiente de trabalho que se apresenta cada vez mais competitivo e hostil.

Precisamos impulsionar o debate interno sobre a questão da mulher na universidade de forma que não sejamos prejudicadas em nossas carreiras e nos ciclos avaliativos, simplesmente pela nossa condição de mulher!

Mulheres da USP contra Bolsonaro e a Reforma da Previdência!

Secretaria de Mulheres do Sintusp

○ Dia Internacional da Mulher é uma data histórica que marca a luta das mulheres por melhores condições de trabalho e de vida e por igualdade de direitos civis em relação aos homens. O percurso dessas lutas foi marcado por greves, piquetes, manifestações de rua e enfrentamento aberto contra o patriarcado e o sistema que ainda o sustenta, o capitalismo.



Esse 8 de março de 2019 acontece em meio à ascensão de um governo extremamente machista e anti-trabalhadoras/es, que consolida o golpe de 2016, que estava a serviço de fazer ataques ainda mais profundos que o governo do PT já vinha fazendo à classe trabalhadora. Com a articulação do Judiciário, que atuou como árbitro manipulador das eleições, a vitória de Bolsonaro está a serviço de aplicar ataques profundos às trabalhadoras e aos trabalhadores e, para isso, ele precisa derrotar as mulheres em toda sua potencialidade de luta e organização.

Desde antes da eleição, Jair Bolsonaro já destilava seu ódio contra as mulheres, negras/os e LGBTQs. Apologia ao estupro, defesa de salários menores às mulheres “porque engravidam”, além de Bolsonaro considerar as filhas mulheres fruto de uma “fraquejada”. Seu governo e aliados declararam guerra às mulheres. Primeiro impedindo que tenham direito ao próprio corpo, mas chegando ao cúmulo de tentarem trazer à tona um projeto que proíbe a venda de contraceptivos e desarquivando a PEC da Vida (PEC 29) que propõe definir a inviolabilidade da vida desde a

concepção, o que proibiria o aborto em todos os casos já permitidos, até mesmo nos de estupro.

Dameres Alves, a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, declarou logo que empossada o início de uma “nova era de meninos de azul e meninas de rosa”. Seu discurso, profundamente machista e homofóbico, visa atacar o que a direita chama de “ideologia de gênero”, que nada mais é que a repressão da discussão sobre sexualidade em nome de uma ideologia conservadora nos costumes, que quer disciplinar os corpos da juventude e das mulheres ao mesmo tempo que mantém as divisões de trabalho, a desigualdade salarial e a violência machista.

Permeados por *fake news*, atrasos e com o objetivo claro de derrotar o movimento de mulheres, esses ataques estão coordenados com o grande objetivo de aprovar uma reforma da Previdência que nos obrigará a trabalhar até morrer com quase nenhum direito.

Sobre as mulheres recai o jugo da dupla jornada. Um trabalho essencial, o cuidado da casa, comida, roupas e filhas/os, do qual depende todo o funcionamento da

sociedade capitalista, mas que não recebe nenhuma remuneração a mais. Em média uma mulher chega a trabalhar 21 horas a mais por semana só com o cuidado da casa e das/os filhas/os. Soma-se a jornada de 40 horas (44 horas se for como as trabalhadoras terceirizadas), horas extras ou banco de horas (como é na USP), e a jornada semanal ultrapassa facilmente as 60 horas.

Ainda devemos considerar que é um trabalho que muitas vezes a mulher começa na adolescência, muito antes dos 16 anos, e vai exercê-lo até o final da vida. Sem nenhum salário ou direito! Os patrões lucram sobre um trabalho fundamentalmente feminino, pois sem ele não há operários nas fábricas prontos para o trabalho, nas empresas, nas ruas.

Ignorando toda essa carga de trabalho gratuito que pesa sobre as mulheres, o governo Bolsonaro aumenta a idade mínima de aposentadoria. É um ataque sem precedente aos trabalhadores que já entregam a maior parte de suas vidas aos patrões — e um ataque ainda maior sobre as mulheres trabalhadoras!

Além da dupla jornada, as mulheres também estão sujeitas aos trabalhos mais precários, com assédios moral e sexual constantes, e salários menores que os homens. Em média uma mulher ganha 30% a menos que um homem. As mulheres negras chegam a ganhar 60% menos que um homem branco. Basta ver na USP, onde o trabalho terceirizado, que ganha muito menos que o de um efetivo, é exercido majoritariamente por mulheres negras. E Bolsonaro e os patrões acham que trabalhar mais e ganhar menos ainda é pouco, é preciso trabalhar até morrer!

Por isso, neste 8 de março também gritamos por **igualdade salarial já!** E direitos iguais entre efetivos e terceirizados, entre homens e mulheres, entre brancas/os e negras/os!

Não apenas nosso trabalho vale menos, mas nossos corpos também. Só no primeiro mês do governo de Bolsonaro foram mais de 200 feminicídios. Essa cruel estatística é a mostra de que mesmo o direito mais elementar, que é o direito à vida, não pode ser garantido por um sistema que visa nos explorar e

oprimir em todos os aspectos da vida.

A morte da vereadora Marielle Franco (PSOL), junto com o motorista Anderson Gomes, é exemplar em mostrar como a vida das mulheres vale menos, sobretudo a das mulheres negras e lésbicas. Quase um ano depois de sua morte, ainda fica a pergunta: **quem matou Marielle?**

As investigações apontam como responsáveis as milícias comandadas por oficiais da PM, que contam com o apoio de bandidos e políticos de influência, como Flávio Bolsonaro. Nos fios que cruzam o mistério sobre a morte de Marielle se enroscam desde o Senador filho do Presidente até o Governador do Rio de Janeiro, que em campanha rasgou a placa em homenagem à jovem vereadora assassinada. No entanto nenhum suspeito preso ou julgado, nenhuma justiça feita por Marielle. Por isso, gritamos: o Estado é responsável!

Na USP sabemos que nossa luta se conecta em todos os sentidos com a luta das mulheres Brasil afora. Assédios sexual e moral constantes, direito a maternidade limitado, creches fechadas e trabalho terceirizado e precário com maioria de mulheres negras é a realidade da maior universidade do Brasil. A excelência da USP é construída sobre o machismo institucional que afeta estudantes, funcionárias e professoras cotidianamente.

Por isso esse 8 de março também é pela reabertura da Creche Oeste, por mais contratações, contra o assédio moral e sexual e pelo fim da terceirização — com efetivação de todas e todos os trabalhadores terceirizados.

Vamos marchar nesse dia 8 de março também dentro da USP para que escutem nosso grito!

Calendário

8/3 Ato Unificado na USP, concentração no Bandeirão Central às 12h

8/3 Ato Geral, concentração no Masp às 17h

15/3 Roda de Samba das Mina, a partir das 17h no Sintusp

Permanecer e resistir na USP: Mulheres estudantes em defesa da democracia e da Universidade Pública

Diretoria de Mulheres do DCE-Livre da USP “Alexandre Vannucchi Leme”

Gestão Nossa Voz 2019

Nos últimos anos, observamos a crescente organização das mulheres em diferentes âmbitos da Universidade, desde as trabalhadoras, à Rede Não Cala USP, aos diversos coletivos feministas que surgiram nos mais diferentes cursos e unidades. Apesar desta mobilização ter motivado conquistas relevantes, entendemos que ainda há passos grandes a serem dados, principalmente no que diz respeito ao tratamento dos casos de assédio pela institucionalidade.

Atualmente, a Universidade de São Paulo não tem estruturas capazes de lidar com os casos de violência, responsabilizar os agressores, ou sequer acolher as vítimas. O exemplo mais marcante desse descaso institucional é o caso do então estudante da Faculdade de Medicina acusado de estuprar ao menos seis mulheres no Bosque da Medicina. O caso teve intensa repercussão na mídia, de modo a pressionar a USP a suspender o aluno, porém hoje ele se encontra formado e livre para exercer a profissão de médico.

Diversos outros casos foram reportados nos últi-

mos anos na Universidade: em festas, em espaços desertos dos *campi*, ou até mesmo dentro das moradias estudantis. A Reitoria e as diretorias das unida-



des falham em conceder atendimento às vítimas, seja médico, jurídico ou psicológico. Faltam na USP instâncias de ouvidoria e acompanhamento dos casos: muitas vítimas não se veem em posição confortável para ir em frente com as denúncias, ou sofrem muito durante o processo de julgamento.

Isso se deve, em grande parte, ao regimento antiquado e retrógrado da Universidade para lidar com casos de assédio e abuso. O Regime Disciplinar vigente é oriundo do período da ditadura militar, tendo sido escrito em 1972. Não prevê punições específicas para esse tipo de caso, e só é capaz de julgar assédio ou estupro como “desvios de conduta”.

É preciso que o movimento de mulheres continue batalhando por espaços institucionais para reivindicar transformações estruturais na Universidade. É por esse motivo que a Diretoria de Mulheres do DCE da Gestão Nossa Voz luta pela implementação do projeto do Centro de Referência da Mulher na USP, de forma a estabelecer uma ouvidoria que dê conta de encaminhar os casos e direcionar as vítimas para acompanhamento legal e de saúde física e mental.

Outro ponto extremamente relevante diz respeito

às creches na Universidade, que vêm sendo atacadas com corte de verbas, levando ao seu fechamento. Isso interfere diretamente na vida das trabalhadoras, estudantes e pesquisadoras que dependem das creches para exercer plenamente seu papel dentro da Universidade. O fechamento das creches na USP também é uma violência contra a independência das mulheres.

Para concretizar todas essas reivindicações, é essencial que as mulheres estejam presentes nos espaços de decisão, apresentando a relevância das nossas demandas e reforçando a centralidade das pautas do movimento de mulheres dentro e fora da USP. A criação da Diretoria de Mulheres do DCE vem no sentido de articular entre as estudantes um movimento coeso e massificado de mulheres das mais diversas realidades, a fim de construir na USP um feminismo inclusivo, que possa representar todas as estudantes, professoras e trabalhadoras da nossa Universidade. Lutar contra o machismo na USP é defender a permanência estudantil. Lado a lado, resistiremos à conjuntura desafiadora que nos é imposta e continuaremos a lutar pelo fim da violência de gênero na USP e no Brasil.



Rede de Professoras e Pesquisadoras pelo fim da violência sexual e de gênero na USP

Rede Não Cala USP

As denúncias sobre a ocorrência de violência sexual e de gênero na Universidade de São Paulo têm aumentado. A situação é muito grave. A ineficiência dos mecanismos de apuração e punição dos casos e a falta de proteção às vítimas são inaceitáveis. Para enfrentar o problema, constituímos a **Rede de Professoras e Pesquisadoras pelo Fim da Violência Sexual e de Gênero na USP**. A Rede é composta por cerca de 200 professoras e pesquisadoras de 23 Unidades da USP.

Desde sua fundação, em 23 de abril de 2015, funcionamos de forma independente, autônoma e autosustentada. Nosso objetivo é o reconhecimento da violência sexual e de gênero como problema importante no contexto da vida universitária, que demanda ações de toda a comunidade e efetividade dos mecanismos institucionais.

As maiores universidades do mundo estão se mobilizando para enfrentar a violência sexual e de gênero. É chegada a hora de a administração universitária usiana incorporar plenamente o enfrentamento

desses problemas como parte essencial de sua função educacional e cultural, baseando-se nos saberes produzidos por suas professoras e pesquisadoras, alunas e funcionárias, e também por seus professores e pesquisadores, alunos e funcionários.

Mas a construção de um ambiente democrático que não tolere violências e abusos sexuais e de gênero é também responsabilidade de todos os membros da Universidade. Reconhecer a violência e discuti-la abertamente é o início da construção de uma realidade acadêmica que respeite plenamente os direitos humanos.

A violência sexual e de gênero na USP exige ação urgente. Por isso, nossa rede NÃO CALA!

A violência contra mulheres no Brasil

Segundo os dados recentes do Mapa da Violência 2015, entre 2003 e 2013, o número de mulheres mortas em condições violentas registrou um aumento de 21%. Somente em 2013, foram registradas

A Rede tem atuado no sentido de:

- promover ações de educação e sensibilização que contribuem para o reconhecimento e enfrentamento da violência sexual e de gênero;
- criar espaços de escuta, acolhimento e encaminhamentos para pessoas que sofrem e denunciam violência sexual e de gênero;
- contribuir para o aperfeiçoamento dos regulamentos e mecanismos institucionais que levem à responsabilização dos agressores e à eliminação da violência;
- estimular a criação de redes de solidariedade e a organização das mulheres.

4.762 mortes de mulheres - o que representa 13 homicídios femininos por dia, situando o Brasil entre os dez primeiros países no ranking mundial de assassinatos de mulheres.

Quanto à violência sexual, a pesquisa do IPEA estima que no mínimo 527 mil pessoas são estupradas por ano no Brasil, sendo que apenas 10% dos casos são notificados. Em geral, 70% dos estupros são cometidos por parentes, namorados ou amigos/conhecidos da vítima. Dos casos atendidos no SUS, 88,5% das vítimas eram do sexo feminino.

A violência sexual em universidades

As universidades, em todo o mundo, apresentam problemas graves de violência sexual. Nos Estados Unidos, por exemplo, calcula-se que cerca de 30% das alunas tenha sofrido algum tipo de abuso sexual ao final da graduação. A situação só agora está sendo visibilizada no Brasil, onde, segundo dados de 2014, 3 em cada 5 jovens mulheres já sofreram violência em relacionamentos afetivos.

A situação na USP

Nos últimos anos, houve na USP casos de estupro planejados (a vítima foi dopada e abusada por colegas) e casos de estupro em que os agressores abusaram de colegas que não podiam reagir por estarem dormindo, alcoolizadas ou tendo feito uso de outras

drogas (casos que podem ser enquadrados na definição legal mais recente de estupro). Em sua maioria, essas situações não foram registradas como denúncias formais. A universidade ainda tem problemas de assédio sexual, além de denúncias acerca de machismo, racismo e homofobia nas salas de aula e outros espaços de convivência.

Fontes:

Alguns números sobre a violência contra a mulher no Brasil:

www.compromissoeatitude.org.br/alguns-numeros-sobre-a-violencia-contra-as-mulheres-no-brasil/

Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde – IPEA:

www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnicadiest11.pdf

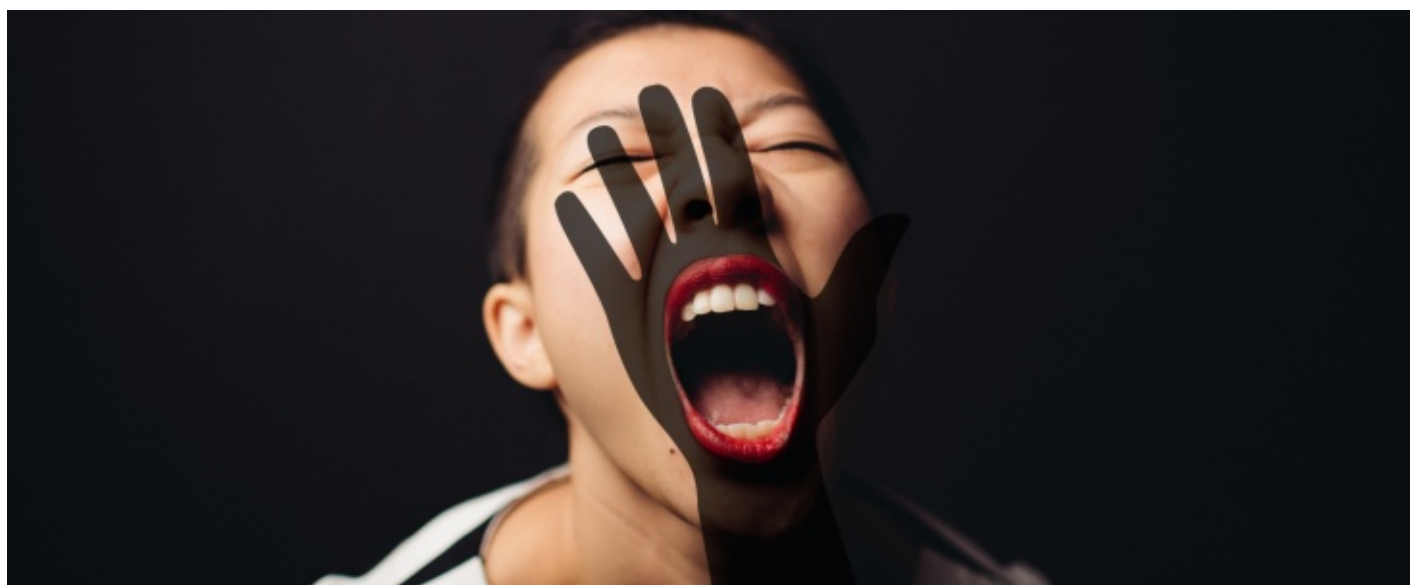
Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil, elaborado pela FLACSO:

www.compromissoeatitude.org.br/wpcontent/uploads/2015/11/MapaViolencia_2015_homicidiodemulheres.pdf

Violência contra a mulher: o jovem está ligado? – Instituto Avon/Data Popular:

http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/12/pesquisaAVON-violencia-jovens_versao02-12-2014.pdf

Acesse no Facebook: Rede Não Cala USP



Fortalecer a organização das mulheres para combater a opressão

Adusp, DCE, Rede Não Cala USP e Sintusp

Vivemos, como sabemos todas e todos, uma conjuntura especialmente adversa:

- A precarização dos contratos e das condições de trabalho cria condições mais favoráveis às diversas formas de assédio e violência.
- A criminalização do pensamento crítico nas escolas, por meio do projeto “Escola sem Partido”, compromete as relações em sala de aula e promove o medo e a intimidação, desconfigurando todo o processo educacional.
- A proposta de reforma da Previdência Social propicia mais lucros ao setor financeiro, ao mesmo tempo em que impõe novos e maiores sacrifícios significativos às trabalhadoras e aos trabalhadores.
- Os ataques à universidade pública ameaçam a liberdade de pensamento e de cátedra, bem como sua gratuidade.

Na USP, temos o seguinte cenário:

- Processos de avaliação docente que abrem a possibilidade de demissão por critérios de produtividade geram medo, insegurança, estresse e adoecimento.
- Redução do corpo docente, planos de demissão voluntária para os funcionários técnico-administrativos, desmonte das creches e dos hospitais universitários sacrificam as condições e a qualidade do trabalho e estudo realizados na universidade.
- A falta de investimento em permanência estudantil e a recente implementação insatisfatória do sistema de cotas sociais e raciais contribuem para acentuar a evasão e a falta de democracia no acesso à universidade.



E a luta das mulheres?

As mulheres têm suas pautas específicas que também se inserem nesse contexto de aprofundamento dos ataques aos direitos democráticos e trabalhistas. O combate à desigualdade de gênero passa pela organização das mulheres na construção de uma sociedade democrática, contra qualquer forma de preconceito e discriminação por motivo de raça, etnia, gênero, sexualidade ou deficiência, pela defesa da Universidade pública e gratuita, e contra a reforma da Previdência.

É com essa compreensão que chamamos todas as mulheres estudantes, trabalhadoras e professoras a se engajarem nessas lutas e a se juntarem às entidades representativas nos eventos previstos por ocasião do dia 8 de março.

Participem dos eventos do dia 14 de março, quando completa um ano dos assassinatos de Marielle e de Anderson, ainda sem resposta!

Juntem-se à roda de samba de mulheres no dia 15 de março na sede do Sintusp.



Rosa Luxemburgo

Em 47 anos de vida, foi uma das maiores revolucionárias socialistas, lutando pelo fim do capitalismo em uma época em que as mulheres sequer podiam votar. Combateu o reformismo, a guerra imperialista, pelo triunfo da revolução russa e alemã, e fundou o Partido Comunista Alemão. Há cem anos, em 1919, foi covardemente assassinada.



cia obstétrica humanizada, atuou em equipes de parto domiciliar e hospitais do interior de São Paulo, até ter sua vida brutalmente tirada por um homem a quem chamava parceiro. Nelly foi vítima de feminicídio! Sua luta e voz seguirão vivas através de nós. Nem uma a menos!



Jessica Ponte Pedersoli

Mãe de duas meninas, Jessica tinha 28 anos e estava grávida de sete meses. Extrovertida, era uma mãe extre-

mamente dedicada às suas filhas de 4 e 9 anos. Trabalhava como segurança na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), a USP Leste. Em junho de 2017, Jessica e o bebê foram assassinados covardemente pelo namorado dela que, ao ser preso, confessou o crime alegando que não aceitava a gravidez. Jessica, presente!



Bertha Maria Júlia Lutz

Exerceu um protagonismo feminino raro na sua época. Bióloga formada em Paris, em 1919 tornou-se secretária

e, posteriormente, chefe de departamento do Museu Nacional, no RJ. Fundou a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher e com o passar dos anos liderou o movimento sufragista, vitorioso em 1932. Eleita suplente de deputada federal em 1934, exerceu o mandato entre 1936 e 1937.

Nelly Cristina Venite de Souza Maria

Obstetriz formada pela USP, militante pelos direitos das mulheres e assistên-



Regina Célia Leal Bezerra

Estimada militante sindical, Regina Célia trabalhou na USP de Ribeirão Preto de 2007 a 2014. Vítima de assédio moral entre 1980 e 2000, quando era técnica de laboratório do Instituto de Medicina Tropical da Faculdade de Medicina, em São Paulo, deu início a uma





batalha judicial, saindo-se vitoriosa. Sua luta garantiu que o assédio moral fosse considerado ato de improbidade administrativa. Jamais se recuperou do trauma psíquico — e se suicidou. Regina Célia, presente!



Geiza Aparecida Medeiros Martinez

Funcionária da seção de alunos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), foi encontrada morta

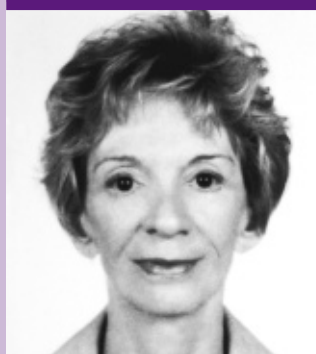
na manhã do dia 20 de março de 2015. Geiza foi assassinada pelo ex-companheiro que não aceitava o término do relacionamento. Era uma pessoa reservada e amável, sempre disposta a ajudar. “Era uma boa companheira de trabalho, sempre foi muito prestativa em socorrer as pessoas”, comentou um de seus colegas à época. Geiza, presente!

Ana Rosa Kucinski

Aluna da USP, Ana Rosa Kucinski ingressou na ALN, grupo de resistência armada à Ditadura Militar. Doutorou-se, tornou-se professora do Instituto de Química (IQ) até que desapareceu em 1974. Apesar das evidências de que fora sequestrada pelos militares, em 1975 a Congregação do IQ demitiu-a. Ela foi assassinada na “Casa



da Morte” de Petrópolis. Ana Rosa, presente!



Heleieth Saffioti

Iniciou estudos de gênero na sociologia durante a ditadura militar (1964-1985), após graduar-se na USP.

Filha de costureira e pedreiro, destacou-se com trabalhos focados na condição da mulher. Trabalhou na PUC-SP, foi professora visitante da UFRJ, onde foi responsável pela criação de um núcleo de estudos de gênero, classe e etnia. Aposentou-se pela UNESP, tendo se mantido ativa até o fim de sua vida em 2010, publicando livros e artigos sobre as duras condições das mulheres no Brasil.

Marta Vannucci

Atualmente com 97 anos, foi a primeira mulher a ingressar na Academia Brasileira de Ciências, Marta Vannucci formou-se em História Natural (1943) e doutorou-se em ciências (1944) pela USP. Dedicou a vida a pesquisar os ecossistemas dos mangues, tornando-se uma das maiores especialistas da área, como prova seu livro *Os mangues e nós*. Foi diretora do Instituto Oceanográfico (1964-1969).



Calendário

8/3 Ato Unificado na USP, concentração no Bandeirão Central às 12h

8/3 Ato Geral, concentração no Masp às 17h

15/3 Roda de Samba das Mina, a partir das 17h no Sintusp

8 de Março Unificado da USP

Um convite à reflexão e à luta

Editor de Arte: Luís Ricardo Câmara
Assistente de produção: Rogério Yamamoto
Secretaria: Alexandra Moretti e Fátima dos R. Paiva
Distribuição: Marcelo Chaves e Walter dos Anjos

Adusp
DCE-Livre da USP
Rede Não Cala USP
Secretaria de Mulheres do Sintusp

março/2019